

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001075-86.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Guilherme Caldas Von Haehling**  
 Requerido: **Ativos S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PODER JUDICIÁRIO****1ª Vara Cível de São Carlos****Processo nº 1001075-86.2015****VISTOS****GUILHERME CALDAS VON HAEHLING** ajuizou

**Ação de INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO c.c ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face de **ATIVOS S/A SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, que fora notificado no dia 20/01/2015 pelo SCPC sobre a apresentação do título referente a operação 15402000, pela requerida. Alega que desconhece referido título. Ademais em 24/07/2014 após longas demandas, houve composição de todas as dívidas do autor junto ao Banco do Brasil, mas que na ocasião do acordo o Banco do Brasil já havia cedido créditos à empresa requerida. Por conta do acordo todas as operações restaram quitadas. Requereu a antecipação da tutela com a finalidade de sustar os efeitos do protesto, que a presente demanda seja julgada procedente declarando a inexigibilidade do título, inversão do ônus da prova,

**1001075-86.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

condenação da requerida ao pagamento de indenização a título de dano moral e pagamento das custas de processo e honorários advocatícios. A inicial veio instruída por documentos às fls. 13/142.

Antecipação de tutela deferida às fls. 152/153.

Ofícios recebidos às fls. 165/166 e 235/236 conforme expedido em despacho de fls. 152/153.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação alegando que : 1) a dívida em questão é referente a uma contratação em nome de uma empresa denominada Cajari Serraria Marcenaria e Comércio de Madeiras LTDA EPP, da qual o autor participou como fiador; 2) houve cessão de créditos do Banco do Brasil para a ora contestante relativos à operação 15402000 e regular notificação acerca da mesma foi remetida ao endereço do autor constante no contrato firmado com o corréu Banco do Brasil; 3) inexistente o dever de indenizar, pois a requerida alega estar em exercício regular de direito ao indicar referido débito ao SCPC ; 4) impossível inversão do ônus da prova, ausentes seus pressupostos. Requereu pela improcedência dos pedidos elencados na exordial, caso contrário, requereu pela observação de toda a fundamentação presente na contestação.

Sobreveio réplica às fls. 243/244.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 245. A requerida manifestou interesse em prova documental às fls. 248/251 e o postulante informou que não há mais provas a produzir às fls. 252.

**É o relatório.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DECIDO**, no “estado” por entender completa a cognição.

Pela falta de sustentáculo documental não há como acolher o reclamo do autor

Vem ele a juízo pleiteando a declaração da inexistência do débito oriundo do contrato nº 15402000, sustentando que tal avença foi “englobada” em acordo homologado judicialmente.

Todavia, não trouxe aos autos qualquer documento capaz de comprovar sua alegação.

Ao autor incumbia, nos termos do art. 373, I, do CPC, provar os fatos constitutivos de seu direito.

Foi, intimado especificamente a trazer cópia da avença com a devida homologação, mas preferiu o silêncio.

Cabe ainda consignar que dos documentos juntados com a inicial para “comprovação” do acordo, não consta o número do contrato mencionado na inicial.

Ou seja: não há como reconhecer que o referido contrato se viu “englobado” no acordo.

A ré, de sua feita, adquiriu o crédito em contrato regular firmado com o Banco do Brasil em 07/11/2014 (v. fls. 216) e notificou o autor a respeito (não há controvérsia nesse ponto).

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial, condenando o autor ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 18 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**